

## SOBRE UMA SOCIOLOGIA DO SOFRIMENTO NO TRABALHO

MILTON DOS SANTOS<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre a pertinência e as possibilidades de estudos do sofrimento como categoria sociológica e do sofrimento no trabalho como categoria da sociologia do trabalho. Para tanto, o trabalho, de cunho teórico-conceitual, explora inicialmente a pertinência de se considerar o sofrimento como uma categoria sociológica. Em seguida, são abordados os conceitos de trabalho para Marx, Durkheim, Weber e Arendt. Na sequência, é apresentado o conceito de sofrimento para Cassell e um breve panorama das pesquisas sociológicas sobre o sofrimento no trabalho. Por fim, o trabalho conclui que a abordagem do sofrimento como categoria sociológica e do sofrimento no trabalho como categoria da sociologia do trabalho não só é pertinente como se mostra um campo pouco explorado, principalmente se se considerar as possibilidades interdisciplinares de aplicação de teorias sobre o sofrimento humano oriundas de outras Ciências, como a Medicina, por exemplo.

**Palavras-chave:** sociologia do trabalho; sofrimento; sofrimento no trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais na UCES - *Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales*, Argentina. Mestre em Administração pela PUC-SP. Professor do Departamento de Administração da PUC-SP. E-mail: santosmilton@pucsp.br.

## ON A SOCIOLOGY OF SUFFERING AT WORK

### ABSTRACT

*The article aims to reflect on the relevance and possibilities of studying suffering as a sociological category and suffering at work as a category of the sociology of work. Therefore, the work, in a theoretical-conceptual basis, initially explores the relevance of considering suffering as a sociological category. Then, the concepts of work for Marx, Durkheim, Weber and Arendt are discussed. Next, the concept of suffering for Cassell is presented and a brief overview of sociological research on suffering at work is presented. Finally, the work concludes that the approach of suffering as a sociological category and suffering at work as a category of the sociology of work is not only relevant, but it is a little explored field, especially if one considers the interdisciplinary possibilities of applying theories about the human suffering from other Sciences, such as Medicine, for example.*

**Keywords:** *Sociology of work, suffering, suffering at work.*

## INTRODUÇÃO

O trabalho desempenha um papel fundamental na vida das pessoas em todos os tempos, quer seja por seu papel na manutenção das necessidades básicas de sobrevivência, na oportunidade de criação de riqueza e valor, na construção da identidade, na socialização dos indivíduos, no desenvolvimento cognitivo e intelectual, ou, ainda, na satisfação e realização pessoais, sendo uma das fontes de sentido para a vida (Perez Jáuregui, 2005). Deste modo, é mesmo natural que o trabalho venha a ocupar uma parcela importante na vida das pessoas.

Vivemos em uma “sociedade de organizações” (Perrow, 1992). A vida das pessoas no interior das organizações, onde a atividade de trabalho se materializa para a grande maioria dos indivíduos nas sociedades modernas, deveria, assim e por princípio, ser algo desejado, prazeroso e realizador.

Não se quer, com esta afirmação, idealizar os ambientes de relacionamentos humanos, sempre sujeitos a conflitos. Mas, é imperioso reconhecer que a realidade do trabalho para uma grande parcela da população se mostra muito diferente desta visão idílica. Conflitos crônicos, insatisfação, perda da motivação e adoecimento são realidades presentes nas organizações capitalistas, sendo que, nas últimas décadas, estas disfunções têm ascendido ao nível de graves patologias sociais, com danos pessoais, sociais e materiais inestimáveis.

Deste modo, o esforço em compreender as múltiplas causas destas disfunções no ambiente de trabalho e propor caminhos de superação mostra-se socialmente relevante. O presente texto tem como objetivo discutir a pertinência e as possibilidades de compreensão do sofrimento, e do sofrimento no trabalho, como categoria sociológica, permitindo seu aprofundamento e desenvolvimento e colaborando com a elaboração de propostas de superação desta que é, hoje, uma das principais causas de prejuízos pessoais, sociais e materiais nas sociedades contemporâneas.

## 1 SOFRIMENTO COMO CATEGORIA SOCIOLOGICA

Embora o senso comum entenda de certo modo como plausível pensar o sofrimento no âmbito da sociologia e sua presença no trabalho no âmbito da sociologia do trabalho, convém compreender conceitualmente melhor esta inserção.

Koury (1999) coloca a possibilidade de inserção da dor e do sofrimento nas Ciências Sociais em três perspectivas: a) em um campo institucional onde a dor seja o elemento interativo que orienta as relações sociais espaço-temporais de um lugar, como um hospital; b) nas relações sociais que emergem das exposições de populações a situações de risco determinadas, como produtos ou produzidas pelo movimento social ou institucional gerador da crise ou tragédia; e, por fim, c) nas expressões individualizadas da dor e do sofrimento, buscando compreender as configurações sociais da subjetividade do sujeito que sofre (p.75).

Para Werlang e Mendes (2013), embora o sofrimento tenha se manifestado ao longo dos tempos e em diferentes formações sociais, é somente contemporaneamente que ganha força quando se iniciam os escritos que denunciam situações a que trabalhadores são submetidos nos locais de trabalho. Ainda segundo as autoras, o uso do conceito é recente, principalmente no que se refere às Ciências Sociais em geral (p. 744).

Em uma perspectiva social-histórico mais ampla, Bourdieu (1997) traz contribuições importantes à questão do sofrimento, especialmente através de estudo em que trata da reestruturação produtiva ou industrial e da chamada “nova pobreza” que surge atrelada a este processo. Este autor chama a atenção para o fato de que, embora um sistema de proteção social tem feito recuar o que ele chama de “a grande miséria”, as condições socioeconômicas que dão sustentação a este sistema têm, ao mesmo tempo e se diferenciando dele, multiplicado espaços sociais que oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento, sem precedentes, de todas as formas de “pequenas misérias”, com as crescentes precarização e desregulamentação do trabalho ao redor do mundo.

Também Wilkinson (2005) irá introduzir o leitor nas contribuições de escritores como Hannah Arendt e Veena Das, a partir da leitura de Marx, Durkheim e Weber,

salientando que as pesquisas sobre o tema do sofrimento não sejam bem reconhecidas por muitos sociólogos e considerando os tipos de quadros éticos necessários para nutrir uma maior empatia pelo "outro". Segundo este autor, os sociólogos tenderam a concentrar suas atenções no impacto dos processos de modernização e racionalização dos relacionamentos, negligenciando a experiência do sofrimento e suas relações pessoais e sociais. De algum modo, segundo o autor, isso parece refletir uma negligência mais geral da vida emocional na história da Sociologia.

Discutindo os problemas clássicos da crise do trabalho, De La Garza Toledo (2001) argumenta que já que o conceito de trabalho tem mudado historicamente, é conveniente recapitular sobre o seu significado. Partindo de uma definição geral do trabalho como sendo *a transformação de um objeto de trabalho como resultado da atividade humana* (p. 13), o autor argumenta que esta definição deve ser contextualizada historicamente. Entre os diversos elementos apresentados para contextualização, De La Garza Toledo (2001) chama a atenção para o aspecto abstrato e subjetivo do trabalho:

No entanto, o conceito de trabalho intelectual é extremamente abstrato em face de complexidades do aspecto subjetivo do trabalho. De tal forma que poderíamos conversar melhor de trabalho em suas fases objetivas e subjetivas com um produto objetivado, que muitas vezes, como na produção intangível, não é possível separar em dimensões objetivas e subjetivas, ou o ato de criação em si. [...] O aspecto subjetivo do trabalho implica conhecimento, mas também valores, sentimentos, estética, formas de raciocínio e discursos. Na atividade de trabalhar, estes são colocados em jogo com maior ou menor intensidade, mas nunca atuando como uma simples máquina racional para relacionar meios e fins (p. 13-14. Tradução nossa).

Assim, chamando a atenção para os aspectos subjetivos de valores e sentimentos, o autor, indiretamente, abre possibilidades para exploração do sofrimento como um sentimento presente no trabalho.

Apresentando alguns temas de debate sobre o trabalho, De Terssac (2005) aborda a questão do trabalho para os indivíduos como um valor de referência e identidade. Discorrendo sobre a situação do trabalho na empresa e sua intensificação, o autor aponta que

Por outro lado, surgem novos temas que contribuem para o sofrimento no trabalho, como "assédio trabalhista" (Hirigoyen, 1998). O inventário das

agressões morais realizadas por este autor revela a violência das relações interpessoais exercidas sobre as pessoas no trabalho, desvalorizando-as em consequência de abusos de poder. Na ausência de conflitos coletivos ou quando os atores estão mal organizados para resolver os problemas cotidianos de seu trabalho, se abre um espaço de incerteza em que comportamentos abusivos podem se alojar: sem atacar diretamente a integridade física do trabalhador, tais atos desestabilizam os trabalhadores. Vítimas, atacam sua subjetividade e destroem sua integridade mental e psíquica (p. 124. Aspas no original. Tradução nossa).

Sem o objetivo aqui de realizar uma exposição compreensiva de referências, estas posições mostram-se suficientes para demonstrar a pertinência do estudo do sofrimento no âmbito das Ciências Sociais em geral e na Sociologia do Trabalho em particular.

## 2 SOBRE O TRABALHO

A compreensão da categoria sociológica do trabalho será baseada, neste artigo, nos escritos de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Hannah Arendt.

O desenvolvimento da teoria do trabalho de Karl Marx (1818-1883) tem suas bases nos trabalhos da fase da juventude, até 1850. Em parceria com Frederick Engels, (Marx e Engels, 1979) estes autores desenvolveram um método de explicação do desenvolvimento da sociedade que ficou conhecido como Materialismo Histórico-Dialético, assentado sobre cinco grandes pilares sobre a compreensão do Homem. Em resumo, o Homem:

- 1) É um ser concreto que tem necessidades, é um indivíduo real e tem a capacidade de transformar a natureza;
- 2) Ao resolver suas necessidades básicas, cria outras necessidades, criando instrumentos de trabalho, e não para de produzir porque não pode parar de consumir;
- 3) Ao produzir, produz a si mesmo;

Assim,

- 4) A natureza se torna histórica por meio do trabalho e da família;
- 5) A consciência não é um reflexo da realidade, mas é determinada pela própria condição da existência (Marx e Engels, 1979).

Conforme Marx, o trabalho é condição *sine qua non* para reprodução do mundo dos homens e que subsistirá qualquer que seja a forma de sociedade. Entretanto, no modo de produção capitalista, o trabalho adquire também a finalidade de produção de mais-valia para atender às necessidades de acumulação e reprodução do capital, via de regra, em detrimento das necessidades humanas de reprodução social. Assim, para este autor, o trabalho apresenta uma dupla determinação: é trabalho útil, concreto, destinado a atender as necessidades humanas, e, com isso, produz valor de uso, e é trabalho abstrato, característico da sociedade capitalista, em que predomina a produção de valor de troca, destinado à acumulação e reprodução de capital. Deste modo, tem-se, assim, uma tensão entre trabalho útil e abstrato, entre trabalho que gera valor de uso concreto e trabalho que gera mais valia ao capital. Segundo Marx, em seus prognósticos históricos, tal impasse somente será resolvido com a superação do modo de produção capitalista, momento em que, afinal, o trabalho seria libertado do jugo do capital.

Para Marx (1983),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho

obtem-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (p. 149-150).

Marx descobre, desta maneira, que o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana, o fundamento do ser essencialmente social, sendo esta descoberta a chave para compreensão da origem do processo social. Assim, Marx (2008) conclui que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (p. 47).

Deste modo, para este autor, o trabalho é a categoria que define o ser social, sendo o trabalho a forma de interação entre homem e natureza. No trabalho concreto, os homens atuam sobre a natureza para produzir os bens necessários à sua subsistência material e os meios de produção que, em conjunto, garantem as condições de sobrevivência e, portanto, de reprodução social. Já no modo capitalista de produção, o trabalho assume a forma de trabalho “abstrato”. Neste modelo de sociedade, o homem torna-se reduzido à sua força de trabalho, como simples mercadoria ofertada no mercado ao capital para a produção/reprodução da mais-valia. No capitalismo, o trabalho concreto passa a não ser mais direcionado para atender as necessidades humanas, mas a sua prioridade torna-se atender às necessidades de reprodução ampliada do capital.

A abordagem de Émile Durkheim (1858-1917) sobre o trabalho recai sobre o conceito de divisão do trabalho e a maneira que ocorre nas sociedades, sejam elas inferiores ou superiores, dentro de sua visão positivista. Para Durkheim (2016), a divisão do trabalho se constitui nas sociedades baseadas na solidariedade, representada, respectivamente, pela solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

A solidariedade mecânica caracteriza-se pelo compartilhamento dos mesmos valores sociais pelos indivíduos, que seja nas questões relacionadas às crenças religiosas, quer seja nos interesses materiais ligados à subsistência do grupo social. Já na solidariedade de tipo orgânica, existente no interior das sociedades mais complexas, não há, necessariamente, o compartilhamento de valores e crenças, ocorrendo, de outro modo, a divisão do trabalho e a diferenciação individual e social.

Deste modo, Durkheim (2016) elabora um paralelo entre a acentuada importância, nas sociedades inferiores, das regras morais e a destacada especialização nas sociedades superiores, argumentando que tanto as regras morais quanto a especialização, embora diferentes, possuem o mesmo papel de promover e permitir a coesão social.

O autor também chama a atenção para as chamadas sanções repressivas e restitutivas, sendo esta proeminente na solidariedade orgânica e aquela, na solidariedade mecânica. E, prosseguindo na mesma linha de raciocínio, o autor elabora os conceitos de direito e moral, sendo esta responsável por manter os indivíduos em coesão mútua:

Portanto, podemos dizer, de modo geral, que a característica das regras morais é que elas enunciam as condições fundamentais da solidariedade social. O direito e a moral são o conjunto dos laços que nos vinculam uns aos outros e à sociedade, que fazem da massa dos indivíduos um agregado e um todo coerente. Pode-se dizer que é moral tudo aquilo que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a contar com outrem, a regular seus movimentos por algo além dos impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e mais fortes são esses laços (Durkheim, 2016, p. 361).

Ainda neste contexto moral, Durkheim (2016), afirma que “[...] devemos conformar nossa conduta tanto em nossas relações com nós mesmos quanto em nossas relações com outrem, e é precisamente nisso que consiste toda a essência da moral que chamamos individual” (p. 362).

No texto em foco, Durkheim (2016) mostra-se preocupado com a coesão social, “[...] pois, seja qual for o juízo que se faça da divisão do trabalho, todo mundo sente que ela é e torna-se, cada vez mais, uma das bases fundamentais da ordem social”

(p. 49). E prossegue: “sua verdadeira função [da divisão do trabalho] é criar entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade” (p. 63).

Para Durkheim (2016), o grau de existência ou não de coesão social é resultante do embate entre os conceitos de solidariedade e de anomia. A solidariedade orgânica, ou seja, interna da sociedade, fundamenta-se na interação do papel de cada indivíduo na divisão do trabalho social. Por outro lado, o desregramento manifestado na anomia, precariza a vida e rompe os laços sociais.

A ampliação da divisão social do trabalho que ocorre na sociedade capitalista teria como função produzir solidariedade e um sistema de direitos e deveres. Para Durkheim (2016), a divisão do trabalho parte do pressuposto de que é capaz de gerar consensos e ser promover um pacto de convivência. Os indivíduos passam a aceitar o seu lugar na sociedade com a contrapartida que exista uma ordem social que garanta e promova a justiça a todos. A sociedade, para este autor, é, assim, uma sociedade caracterizada pela negação do conflito.

Entretanto, nem sempre a divisão do trabalho social apresenta-se como a normalidade da sociedade. Tanto quanto fonte de solidariedade, a divisão do trabalho também pode ser fonte de desintegração social. Conforme suas palavras, “até aqui, estudamos a divisão do trabalho apenas como um fenômeno normal; mas, como todos os fatos sociais, [...] ela apresenta formas patológicas que devem ser analisadas. Se, normalmente, a divisão do trabalho produz solidariedade social, acontece, no entanto, de ela ter resultados bastante diferentes ou até mesmo opostos” (Durkheim, 2016, p. 324).

Para o autor, as anomias surgem quando a divisão social do trabalho não cumpre adequadamente seus papéis de gerar relações eficazes entre os indivíduos e de criar regulações das relações sociais. Durkheim (2016) apresenta três formas de anomia.

Uma primeira forma é a divisão do trabalho anômica, onde novos contextos vão surgindo em função de fortes mudanças sociais sem que sejam acompanhados da necessária regulação social para estabilização das novas relações que se desenvolvem. A segunda forma, denominada coação, ocorre quando se rompe a espontaneidade com que a vida social se organiza quando as regras sociais são

interiorizadas e os contratos sociais são aceitos pelos indivíduos. Neste cenário, passa a ocorrer a coação, que, por paradoxal que possa ser, também exige um grau de concordância expresse ou tácito por parte dos indivíduos. A terceira forma anormal ocorre quando a divisão social do trabalho não produz a solidariedade necessária porque a atividade funcional de cada trabalhador é insuficiente. Uma vez que a solidariedade somente se desenvolve a partir da permanência das atividades funcionais dos elementos especializados, o papel de cada indivíduo torna-se mais ativo quanto mais contínuas forem suas atividades, resultando em aumento da solidariedade. Caso estas atividades sejam interrompidas ou descoordenadas, as relações sociais se desagregam.

Embora não esteja claro no texto aqui em foco, Durkheim (2016) considera somente pode haver significado e satisfação no trabalho quando ele é realizado em um ambiente marcado pela solidariedade entre os indivíduos e estruturado sobre normas e regulamentos.

Diferentemente de Marx e Durkheim, que desenvolvem suas análises do trabalho do ponto de vista social, Max Weber (1864-1920) parte de uma perspectiva sobre o indivíduo e suas ações na sociedade. Nesse sentido, para Weber (1987), a Sociologia deve ser compreendida como “aquela ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos” (p. 9).

Partindo desse conceito de Sociologia, o autor procurar um caminho para compreender o comportamento e a conduta humanos. Através da compreensão da ação social do indivíduo, Max Weber buscará compreender o seu comportamento em sociedade.

A ação social, conforme Weber (1987), pode ser classificada segundo quatro tipos diferentes: i) ação social em relação a fins; ii) ação social em relação a valores; iii) ação social em relação à efetividade; e iv) ação social em relação à tradição (p. 41).

É importante destacar no conjunto da obra weberiana a importância atribuída ao conceito de tipos ideais. Para Weber, a realidade é infinita, inesgotável. Por conta dessa condição, argumenta que nenhum conceito é capaz de abarcar ou explicar a

realidade como um todo. Diante disso, o máximo possível a um pesquisador é desenvolver tipologias que se aproximem o mais adequadamente possível da realidade e do fenômeno em estudo. Por conta desta posição, é comum encontrar nos escritos de Weber diversas tipologias, como os tipos de ação social, tipos puros de dominação, tipos de capitalismo, tipos de burocracia, tipos de poder etc. Para Weber (1987), essas “construções típico-ideais da sociologia derivam seu caráter não somente do ponto de vista objetivo, mas, também, de sua aplicação a processos subjetivos” (p. 34). Assim, a Sociologia em Weber é abrangente e busca compreender e estudar o comportamento e a conduta humanas (sentido atribuídos pelos indivíduos às suas ações), através da criação de tipos ideais capazes de se aproximar o mais adequadamente da realidade, compreendida como infinita e inesgotável. Qual é, então, a compreensão de Weber sobre o trabalho, considerando estes pressupostos teórico-metodológicos?

Em *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicado em 1904, Weber trata da questão do “desencantamento” do mundo e da ação social racional. Na abordagem desta questão, o autor busca exemplos nas referências religiosas do catolicismo e da reforma protestante. Em sua argumentação, este autor afirma que alguns dos valores apregoados pelo catolicismo, como a usura, a poupança, a abstinência de uma vida boa e luxuosa e a crítica ao individualismo, entre outros catecismos, causavam um tipo atraso ou resistência ao pleno desenvolvimento do capitalismo, de suas instituições e relações sociais.

Partindo dessas considerações, Weber percebe nos escritos de Lutero, Calvino e da Reforma Protestante, uma fundamentação para impulsionar a acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo:

[Resta, isso sim, o fato de que os protestantes [...] *seja* como camada dominante **ou** dominada, *seja* como maioria ou minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos, *nem* numa *nem* noutra situação.] A razão desse comportamento distinto deve pois ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e *não* [somente] na [respectiva] situação exterior histórico-política (Weber, 2004, p. 33-34. Itálicos no original).

Por outro lado, os valores e ensinamentos no protestantismo se inclinavam para a acumulação de capital, a busca de riqueza, o mérito no trabalho, os cargos de alta hierarquia, o individualismo e o ascetismo. Todos estes, valores que contribuíam para o desenvolvimento do capitalismo. A partir dessas reflexões, Weber percebe no protestantismo a existência de um determinado “espírito” do capitalismo, capaz de superar o tradicionalismo judaico-cristão e abrir espaço para o processo de desencantamento do mundo e racionalização das ações dos indivíduos na sociedade: “O adversário com o qual teve de lutar o ‘espírito’ do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ‘ética’] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de *tradicionalismo*”. (Weber, 2004, p. 51. Aspas e itálico no original).

Do ponto de vista de Weber, o protestantismo foi um dos principais impulsionadores do desenvolvimento do capitalismo e do processo de desencantamento do mundo, ou seja, do processo de racionalização, burocratização e uso da matemática no lugar das crenças, histórias e mitos que, supostamente, explicavam e conferiam sentido e ordem à realidade. Da mesma forma, o protestantismo foi o principal responsável pelo desenvolvimento, dentro da ordem capitalista, de uma vocação para o trabalho, na qual se desenvolveu uma conduta racional fundada na ideia de profissão e de desenvolvimento intelecto-profissional. Nas palavras do autor,

A ideia de que o trabalho profissional moderno traz em si o cunho da ascese também não é nova. Restringir-se a um trabalho especializado e com isso renunciar ao tipo fáustico do homem universalista é, no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente “ação” e “renúncia” se condicionam uma à outra inevitavelmente: esse motivo ascético básico do estilo de vida burguês – se é que é estilo e não falta de estilo – também Goethe, do alto de sua sabedoria de vida, nos quis ensinar com os *Wanderjahre* {*Anos de peregrinação*} e com o fim que deu à vida de Fausto (Weber, 2004, p. 164. Aspas e itálicos no original).

A análise de Hannah Arendt (1906-1975) tem como característica própria a diferença entre os termos “labor” (*labour*) e “trabalho” (*work*). Segundo a autora, “labor” se refere às atividades mais básicas do ser humano ligadas à sua subsistência material, sendo o “trabalho” resultado de atividades que o indivíduo desenvolve

visando superar sua existência material e terrena. Ou seja, em sua perspectiva, o “labor” é atua como limitador das capacidades criativas do indivíduo, estando, assim, ligado à sobrevivência material da espécie humana; já o “trabalho” está intimamente ligado ao caráter individual ou ao reconhecimento que os indivíduos buscam através de suas obras junto à sociedade. “Labor” diz respeito aos atos realizados com o objetivo de preservação biológica, material, que produzem apenas bens consumíveis. “Trabalho” está relacionado com a realização de uma obra individual, que apresenta maior perenidade no mundo. De acordo com a autora,

Labor é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida.

Trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (Arendt, 2009, p. 15).

Igualmente a Marx, Arendt atribuiu à capacidade humana de produzir o objeto material o fator que distingue o ser humano dos outros animais da natureza. Para a autora, entretanto, o processo de vida – amarrado ao interminável ciclo de repetição – situa os homens à margem do mundo artificial construído pelo próprio trabalho, aproximando-os, assim, dos demais animais. Deste modo, só a linguagem, o discurso, é o que verdadeiramente diferencia os seres humanos na natureza.

Para Arendt, só o “trabalho” tem a capacidade de criar o mundo comum. Já o “labor” deve apenas manter ativos os elementos criados pelo trabalho. Desta forma, “os próprios produtos imediatamente voltam a ser meios de subsistência e reprodução do poder do ‘labor’” (Arendt, 2009, p. 159).

Esta distinção proposta por Arendt, só ganha sentido, porém, quando se atenta para seus dois níveis de análise. A ênfase que a autora atribui ao “trabalho” é a do indivíduo que realiza algo de valia e que leva seu produto ao público visando obter reconhecimento. Por outro lado, a análise relativa ao “labor” está relacionada às

milhares de ações anônimas e cotidianas necessárias à produção e reprodução da vida comum. Isto é, Arendt buscou distinguir o processo geral ligado ao imperativo da reprodução humana do ato individual de produzir algo com algum propósito diverso. Para Arendt (2209), considerar esses dois níveis de atividade humana na mesma categoria traz dificuldades a adequada compreensão do que vem a ser trabalhar no mundo contemporâneo.

É também com base nesta diferenciação proposta, que Arendt diferenciava o chamado *Animal Laborans* do *Homo Faber*, tendo o primeiro uma existência social carente de mundo, semelhante à do rebanho e, deste modo, não estando presente na esfera pública. Já o segundo “é perfeitamente capaz de ter sua própria esfera pública, embora não uma esfera política propriamente dita. A esfera pública do *homo faber* é o mercado de trocas, no qual ele pode exibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece” (Arendt, 2009, p. 173-4).

### 3 SOBRE SOFRIMENTO

O sofrimento humano é uma questão que perpassa muitas disciplinas. Todas as disciplinas que têm o ser humano como seu objeto de estudo ou está a ele relacionado, tem algo a dizer sobre o sofrimento.

Para os propósitos do presente texto, o sofrimento será compreendido como na definição de Cassell (1982):

O sofrimento ocorre quando uma iminente destruição da pessoa é percebida; e continua até que a ameaça de desintegração passe ou até que a integridade da pessoa possa ser restaurada de alguma maneira. Disso decorre, então, que embora ele ocorra na presença de dor aguda, falta de ar, ou outro sintoma físico, o sofrimento se estende além do físico. Em geral, o sofrimento pode ser definido como o estado de severa angústia associado com eventos que ameaçam a integridade da pessoa. (p. 32. Tradução nossa).

Esta definição é interessante para as reflexões deste texto por três razões: primeiro, que o sofrimento pertence ao aspecto físico, mas vai além dele, possuindo também um caráter mental. Segundo que o sofrimento pode ocorrer mesmo na ausência de situações de dor, uma vez que ele surge a partir da consciência que a

pessoa venha a ter sobre uma ameaça de iminente destruição da própria integridade. Como integridade pode-se entender todos os aspectos que formam a pessoa, aspectos físicos, emocionais, mentais e psicológicos. Assim, o sofrimento pode ocorrer em relação a qualquer aspecto da pessoa. (Cassell, 1982, p. 32). E, terceiro, que o sofrimento, como aqui entendido, ocorre pela crença da pessoa de que algo indesejável poderá ocorrer consigo própria ou outrem, independentemente de se efetivamente ocorrerá ou não. Essa consideração coloca o sofrimento como algo possível de ocorrer no nível das expectativas de uma pessoa, expectativas essas geradas por uma crença de que algo indesejável possa ocorrer.

Esta desconexão entre o sofrimento e, por um lado, uma causa física e, por outro lado, a ocorrência efetiva de um fato, permite posicionar a reflexão sobre o sofrimento no *locus* do relacionamento entre as crenças e valores da pessoa e as situações concretas de sua existência no mundo, incluindo o ambiente de trabalho, proporcionando, assim, meios para seu estudo e compreensão no âmbito da Sociologia do Trabalho.

#### 4 SOBRE O SOFRIMENTO NO TRABALHO

A questão do sofrimento no ambiente de trabalho tem recebido bastante atenção dos estudos acadêmicos nos últimos anos, havendo duas grandes correntes de pesquisa, uma de linha francesa, presente na França e no Brasil, e outra de linha inglesa, presente nos EUA e Austrália e, em menor escala, na Inglaterra. A linha francesa tem concentrado os estudos na área de Psicologia, na França, e nas áreas de Psicologia, Saúde e Ciências Sociais, no Brasil.

O enfoque de uma grande parte dos estudos no Brasil e na França tem sido na área de Psicodinâmica do Trabalho, impulsionados pelas teorias do psiquiatra e psicanalista francês Christopher Dejours (1949-) a partir da publicação de seu trabalho *Travail, usure mentale: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail*, em 1980 (DeJours, 1987). A partir deste texto, Dejours introduz nos estudos sobre a condição humana no trabalho uma visão que supera as abordagens positivistas, tradicionais nos estudos até então, tratando do tema a partir da psicopatologia do

trabalho, com avanços advindos da ergonomia, sociologia e psicanálise, criando, assim, uma abordagem própria (Carrasqueira e Barbarini, 2010).

O foco inicial da abordagem desenvolvida por Dejours, baseado nas patologias associadas ao trabalho, cede espaço no desenvolvimento posterior de sua obra para um novo foco baseado no conceito de Psicodinâmica do Trabalho em *Le facteur humain*, de 1994 (DeJours, 1999), que estuda as condições da normalidade no trabalho, ou seja, para a situação de como os trabalhadores conseguem manter certo grau de equilíbrio psíquico mesmo em condições adversas. Neste novo enfoque, o autor passa a relacionar o sofrimento com a criatividade no trabalho, ou seja, com a possibilidade de o trabalhador usar sua inteligência prática em benefício de sua identidade, criando condições de proporcionar vivências de prazer (Carrasqueira e Barbarini, 2010).

O enfoque de Psicodinâmica do Trabalho tornou-se um dos grandes balizadores da produção acadêmica dos pesquisadores brasileiros sobre o sofrimento no trabalho. Em um estudo bibliográfico, Santos e Mello Neto (2016) identificaram 41 artigos sobre o tema publicados entre os anos de 1996 e 2015 nas mais bem qualificadas revistas acadêmicas brasileiras na área de Administração. Nestes artigos, foram relacionadas as causas do sofrimento do trabalho que seus respectivos autores identificaram nas pesquisas, conforme demonstrado na Tabela 1 abaixo.

Uma leitura das causas do sofrimento identificadas permite verificar a grande diversidade de fatores atribuídos ao sofrimento no trabalho, desde fatores objetivos e subjetivos, físicos, emocionais e mentais, ligados ao corpo e ao ambiente físico de trabalho, fatores políticos e organizacionais, fatores ligados ao relacionamento interpessoal e até fatores sociológicos e filosóficos, como modernidade e sistema capitalista.

**Tabela 1:** Conclusões dos trabalhos sobre a causa do sofrimento

<b>CAUSAS DO SOFRIMENTO NO TRABALHO</b>	<b>N</b>	<b>PERC.</b>
Falta de reconhecimento no trabalho: autonomia, vulnerabilidade e desvalorização	14	21,54%
Ritmo intenso de trabalho, burocracia, modelo taylorista	10	15,38%
Relações socioprofissionais enfraquecidas pela falta de integração ou práticas gerenciais problemáticas	8	12,31%

Ausência de sentimento de prazer, incondizência (sic) com seus desejos e aspirações	7	10,77%
Sobrecarga, estresse, esgotamento no trabalho, físico e psíquico	7	10,77%
Pressões impostas	5	7,69%
Precariedade das condições laborais	5	7,69%
Desequilíbrio trabalho-vida	3	4,62%
Modernidade, prática social consolidada e sistema capitalista	3	4,62%
Discurso que esconde violência: discursos do determinismo	2	3,08%
Medo de perder a oportunidade de trabalho em questão	1	1,54%

Fonte: Santos e Mello Neto (2016, p. 76)

Na linha de pesquisa inglesa, a concepção de sofrimento tem uma origem na área de Medicina, principalmente com o trabalho *The Nature of Suffering and the Goals of Medicine* de Cassell (1982) que, embora propondo um conceito amplo para o sofrimento, tinha como foco em seu trabalho a aplicação do conceito em sua área de trabalho, a Medicina.

Assim como a proposta de DeJours evoluiu para uma linha de estudo mais ampla, englobando perspectivas da área das ciências cognitivas, também a linha inglesa tem expandido a perspectiva do sofrimento para as questões sociais e de relacionamento englobadas no conceito de qualidade de vida.

Anderson (2013), apresenta o seguinte conceito para o sofrimento:

No espírito de Cassell (2004) e Chapman e Volinn (2005), que definiram o sofrimento como uma ameaça ou dano percebido para o sentido do *self*, aqui o sofrimento é definido como a angústia resultante da ameaça ou dano ao corpo ou a autoidentidade da pessoa. O sofrimento pode variar em intensidade, duração, consciência e fonte. O sofrimento físico é o conjunto da angústia resultante da ameaça ou dano ao ser físico, enquanto o sofrimento mental é a angústia percebida como originada no aspecto cognitivo ou afetivo da autoidentidade. Autoidentidade é o conjunto de características e seus significados observados quando a pessoa olha para si mesma. (p. 2. Tradução nossa).

Dentro deste contexto ampliado para o sofrimento, este autor apresenta uma categorização de tipos de sofrimento em sofrimento físico (denominado dor), sofrimento mental e sofrimento social. Para cada tipo de sofrimento, o autor faz uma

espécie de coletânea de palavras associadas e as apresenta como na Tabela 2, mostrada abaixo.

**Tabela 2:** Palavras associadas com os tipos comuns de sofrimento

Tipo de sofrimento	Palavras para o sofrimento
Sofrimento físico (dor)	agonia, desconforto, excruciação, ferida, incapacitação, tortura, tormento, dor, dor aguda, dor crônica, dor extrema, dor excruciante, dor inimaginável
Sofrimento mental	angústia, angústia severa, ansiedade, vício, aflição, dificuldade, ânsia, transtorno de estresse pós-traumático, desordem compulsiva, perda, luto, pesar, tristeza, nojo, irritação, raiva, fúria, ódio, desprezo, ciúmes, inveja, frustração, desgosto, medo, pânico, Horror, indignação, vergonha, culpa, remorso, arrependimento, ressentimento, contrição, embaraço, humilhação, tédio, apatia, confusão, desapontamento, desesperança, dúvida, vazio, saudade, solidão, rejeição, piedade, autopiedade, nervosismo, inquietação, depressão leve, depressão crônica, depressão severa, autodesvalorização, confusão espiritual, falta de propósito, outros tipos de perda de significado
Sofrimento social	exclusão social, discriminação, ostracismo, perseguição, incapacidade, inabilidade, vergonha (auto ostracismo), desconfiança, privação relativa, subjugação, atrocidade, desabrigo, desemprego, rejeição social, discriminação, assediado, cegueira, surdez, acamado, esfomeado, guerra, violência civil, fatores de risco de sobrevivência

**Fonte:** Anderson (2013, p. 3. Tradução nossa)

A diferença de visão introduzida por este autor se dá, também, pelo conceito de sofrimento existencial, definido como

o resultado de lutas com o significado de sua existência. Isso pode parecer uma ideia grandiosa, mas você pode pensar nisso como uma luta na qual você questiona o significado da sua vida (ou da própria vida). Um curso comum de sofrimento existencial é o confronto com a morte e outras ameaças à existência (Anderson, 2013, p. 3. Tradução nossa).

Malpas e Lickiss (2012), no livro *Perspectives on Human Suffering*, propõem uma compreensão bem mais ampliada do sofrimento como reflexo da complexidade do ser humano:

A complexidade e a variabilidade do sofrimento refletem a complexidade e a variabilidade da própria vida humana. Naturalmente, a pluralidade de perspectivas que são evidentes aqui também é uma função da pluralidade de disciplinas que o volume engloba. [...] As perspectivas sobre o sofrimento humano são explicitamente interdisciplinares em sua abordagem, mesmo quando reconhecem a importância de também aproveitar os pontos fortes da profunda expertise disciplinar. Assim, inclui ensaios de **filósofos, médicos clínicos e pesquisadores, antropólogos, historiadores, advogados, estudiosos judaicos e literários**. O sofrimento, como a dignidade e como o conceito do humano, não pode pertencer apenas a uma disciplina ou a uma única perspectiva (p. 2. Tradução e grifos nossos).

Com a pretensão de dar ao sofrimento um tratamento sociológico explícito, o trabalho de Wilkinson (2005) sobre a questão gira em torno de três temas. Primeiro, o autor revisou a literatura a partir de considerações detalhadas do que Marx, Durkheim e Weber disseram sobre o sofrimento, através de Hannah Arendt, de Veena Das e dos chamados escritores do "sofrimento social", em sua maioria antropólogos médicos, representados por Arthur Kleinman. Em segundo lugar, a literatura de sofrimento social é entendida por seu compromisso em mostrar o que o sofrimento "realmente faz" àqueles que sofrem. Terceiro, o próprio interesse de pesquisa de Wilkinson parece mais preocupado com as representações de sofrimento na mídia de massa, o tópico de seu último capítulo e o centro de suas propostas de pesquisa para futuras pesquisas.

Uma contribuição pontual de grande valor sobre o tema, por conta de seu caráter multidisciplinar, é dada por Pérez Jáuregui (2005). A partir de aportes da Psicologia, Psicologia Social, Sociologia e Filosofia, a autora identifica o *locus* do sofrimento no trabalho como se assentando na capacidade de adaptação do indivíduo perante a organização. A partir da ideia do imperativo da interação entre indivíduo e sociedade para o desenvolvimento (saudável) de ambos, Pérez Jáuregui (2005) organiza diversos aportes que dão sustentação à sua proposta conceitual de projeto de vida autêntico. Assim, explora as relações entre identidade de si *versus* identidade do papel (social/organizacional), mundo privado *versus* mundo público, apropriação *versus* alienação e autenticidade *versus* inautenticidade que o indivíduo desenvolve nas esferas privada e pública, incluindo a organização em que trabalha. Para a autora é a forma como o indivíduo consegue adaptar-se nesta relação que irá definir a qualidade de vida pessoal e laboral que desfruta.

Segundo Pérez Jáuregui, o processo de adaptação (ou não) do indivíduo ao ambiente organizacional pode ocorrer em três formas: a) adaptação criativa ou autêntica, onde o indivíduo consegue estabelecer um equilíbrio entre suas características e necessidades pessoais e as demanda e exigências do trabalho de tal forma que preserva sua individualidade ao mesmo tempo que contribui de maneira criativa, produtiva e eficaz com o desenvolvimento da organização; b) inadaptação ou ensimesmamento alienante, onde o indivíduo sentindo-se enfraquecido e incapaz de atender às exigências e requisitos do trabalho “se retira” do convívio laboral, inicialmente, podendo evoluir para uma completa alienação social que inclui seu ambiente familiar e social; por fim, c) uma sobreadaptação ou envolvimento alienante, no qual o indivíduo promove um “apagamento” de suas necessidades e desejos pessoais, familiares e sociais e passa a viver quase que exclusivamente para o atingimento dos objetivos organizacionais, com autoimposição de metas cada vez maiores e mais desafiadoras (Pérez Jáuregui, 2005, p. 40-50). Entende a autora que a adaptação criativa ou autêntica é a única capaz de permitir o desenvolvimento e manutenção saudável do indivíduo, tanto do ponto de vista físico quanto psicossocial, sendo as outras duas formas inautênticas fonte de estresse e doenças laborais que afetam o indivíduo e a sociedade. Nas palavras da autora:

Concluindo, as pessoas, compreendidas a partir de um enfoque humanista-existencial, se orientam pela busca de um sentido predominantemente autêntico, desenvolvendo potencialidades que enriquecem à pessoa e ao mundo.

Se predomina este tipo de projeto de vida laboral, denominamos de adaptação criativa, estando vinculado com a saúde e a integração da personalidade ao mundo e do mundo à pessoa.

Quando a personalidade está orientada em um sentido predominantemente inautêntico, os projetos de vida adquirem dois tipos de configuração: inadaptação ou ensimesmamento alienante e sobreadaptação ou envolvimento alienante.

Nestes casos se dá uma alteração da estrutura transcendental fundamental da existência humana ao se dar uma des-integração e des-encontro entre o homem e o mundo. [...]

As modalidades autênticas expressariam a possibilidade da continuidade e desenvolvimento das potencialidades do sujeito.

As modalidades inautênticas (em sua forma inadaptada e sobreadaptada) expressariam o caráter de dissolução e regressão estrutural (Pérez Jáuregui, 2005, p. 49-50. Tradução nossa).

## 5 COMENTÁRIOS FINAIS

Do ponto de vista teórico-conceitual, é sustentável a pertinência do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o sofrimento no âmbito da Sociologia e sobre o sofrimento no trabalho no âmbito da Sociologia do Trabalho. Alguns textos apresentados previamente dão mostras dessa possibilidade.

Entretanto, é preciso reconhecer que o sofrimento, de modo geral, e o sofrimento no trabalho, de modo particular, não têm sido objeto de atenção pelos pesquisadores nativos desta área. A maioria dos trabalhos de Sociologia sobre o sofrimento acabam por ter suas origens em pesquisadores com formação original em outras áreas, como Psicologia, Psicologia Social, Antropologia e Medicina.

Sem dúvida, o estudo do sofrimento em Ciências Sociais representa um desafio pelo fato de que o sofrimento se expressa fundamentalmente no interior do indivíduo. Isso representa uma dificuldade do ponto de vista científico por conta do alto grau de abstração do fenômeno que dificulta sua identificação e mensuração de maneira minimamente objetivas. Há trabalhos, como mencionados anteriormente (Koury, 1999; Werlang e Mendes, 2013; Wilkinson, 2005), que buscam a compreensão do fenômeno do ponto de vista social, mas que buscam fundamentos em outras áreas. Por outro lado, conhecer o fenômeno para aplicá-lo em pesquisa de campo em Sociologia também implica deter conhecimentos suficientes em outras áreas, como Psicologia e Medicina.

A tradição sociológica, muito influenciada pelos seus principais fundadores, como Comte, Marx, Durkheim, Weber, não se debruça diretamente sobre o sofrimento humano, sendo este tema, quando aparece nos trabalhos, secundário ou indiretamente abordado por conta de outras implicações.

Dificuldade adicional surge a partir das próprias ontologias e epistemologias dos principais autores em Sociologia e Sociologia do Trabalho, com abordagens realistas, idealistas, positivistas, construtivistas e neo-positivistas, que tornam difícil o trabalho de construção de abordagens mais sistêmicas que permitam um tratamento mais adequado do fenômeno do sofrimento. Como incorporar os conceitos e pressupostos sobre o trabalho de autores como Marx, Durkheim e Weber, por

exemplo, em uma abordagem mais holística que permita incluir de maneira profícua a perspectiva do sofrimento?

Não obstante as dificuldades que se apresentam, o sofrimento é um fenômeno dos mais fundamentais, relevantes e presentes em toda a história dos indivíduos e da humanidade. Pesquisá-lo com o objetivo de minimizar ou mitigar sua presença e efeitos é sempre uma tarefa nobre em qualquer área da Ciência, incluindo a Sociologia.

Para alcançar êxito neste empreendimento, caberá à Sociologia ampliar o espectro de suas bases teórico-conceituais e metodológicas, incorporando contribuições de outras Ciências, e desenvolvendo abordagens multidisciplinares para o estudo do sofrimento.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, R. E. **Human suffering and quality of life: conceptualizing stories and statistics**. Dordrecht: Springer, 2013.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARRASQUEIRA, F. A. & BARBARINI, N. **Psicodinâmica do trabalho: uma reflexão acerca do sofrimento mental nas organizações**. V Jornada de Saúde Mental. 2010. Disponível em:  
<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/jm?dd1=4375&dd99=view>. Acesso em: 26 mai. 2018.
- CASSELL, E. J. **The Nature of Suffering and the Goals of Medicine**. 2nd Ed. New York: Oxford University Press, 2004.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987.
- DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DE LA GARZA TOLEDO, E. Problemas clásicos y actuales de la crisis del trabajo. In: **El futuro del trabajo – El trabajo del futuro**. Buenos Aires, CLACSO, p. 11-31, 2000. Disponível em:  
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101102085819/1garza.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2019.
- DE TERSSAC, G. Trabajo y sociología en Francia ¿hacia una sociología de las actividades profesionales? **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, [s/l] v. 10, n. 17, p. 101-132, 2005. Disponível em:  
[http://alast.info/relet\\_ojs/index.php/relet/article/view/253/216](http://alast.info/relet_ojs/index.php/relet/article/view/253/216). Acesso em: 1º mai. 2019.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016.
- KOURY, M. G. P. A Dor como Objeto de Pesquisa Social. **Ilha Revista de Antropologia**, [s/l], n. 1, p. 73-83, 1999. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14502/13283>. Acesso em: 1º mai. 2019.
- MALPAS, J. & LICKISS, N. (Eds.). **Perspectives on Human Suffering**. Dordrecht: Springer, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS. A ideologia alemã. In: IANNI, O. (Org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1979.

PÉREZ JÁUREGUI, I. **Estrés laboral y síndrome de Burn out: sufrimiento y sinsentido em el trabajo**. Estrategias para abordalos. 1. Ed. Buenos Aires: Psicoteca Editorial, 2005.

PERROW, C. Uma sociedade de organizações. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, [s/l], n. 59, p. 19-55, jul-set 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40183817>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SANTOS, R. H., MELLO NETO, G. A. R. Estudo bibliométrico da publicação nacional na área de Administração sobre Sofrimento e Psicodinâmica do Trabalho. **Perspectivas Contemporâneas**, [s/l], v.11, n. 2, p. 59-83, 2016. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1999>. Acesso em 26 mai. 2019.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento social. **Serv. Soc. Soc.**, [s/l], v. 116, p. 743-768, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n116/09.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2019.

WILKINSON, I. **Suffering: a sociological introduction**. Cambridge: Polity Press, 2005.